

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

CARLOS EDMUNDO KUHN

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL.**

Balneário Pinhal - RS

2011

CARLOS EDMUNDO KUHN

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof.^a Dra. Tatiana Engel Gerhardt

Co-orientador: Tutor Vicente Rahn Medaglia

Balneário Pinhal

2011

CARLOS EDMUNDO KUHN

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: (Cidade local), _____ de _____ de 2011.

Prof.^a Dra. Tatiana Engel Gerhardt - Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Irio Luiz Conti
UFRGS

Prof. Dr. Antonio João Ferreira de Lima
UFRGS

“Dedico este trabalho à pessoa que, nestes últimos anos, de 2007 até hoje, foi incansável na compreensão e no estímulo para que eu não desistisse do compromisso assumido ao passar no vestibular, junto aos meus familiares, amigos, mestres, tutores e colegas, de concluí-lo.

“A ti, Gilcélia Nogueira Reis, minha querida esposa e amiga, asseguro o meu amor e o meu carinho”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter-me dado tempo suficiente de vida para poder conviver com jovens, que não fossem meus filhos e meus netos: vocês meus colegas do PLAGEDER.

Agradeço à UFRGS por vislumbrar no sistema de Educação à Distância a oportunidade de tornar o ensino público, superior e de qualidade, acessível a todos quantos, impedidos e até excluídos de participação da vida universitária, encontrar a possibilidade de ampliar seus conhecimentos, suas perspectivas profissionais e seu bem estar pessoal.

Agradeço à Prof^a. Dra. Tatiana Engel Gerhardt e ao Prof. Vicente Hahn Medaglia, pela orientação eficaz e eficiente com que acompanharam meu trabalho de conclusão, socializando comigo os seus saberes, mostrando o rumo certo, a conduta correta e a idéia apropriada para a elaboração deste trabalho.

Agradeço ao Pólo Universitário de Balneário Pinhal, nas pessoas das Professoras Suzana Motta Werlang, Paula Fogaça Marques e Vera Notargiacomo, pela dedicação e pelo empenho na execução de suas atividades, coordenando, orientando e até criticando o meu dia a dia, suprimindo minhas deficiências de aprendizado e me conduzindo até este momento tão significativo de minha vida: esta graduação.

Aos meus filhos e enteadas, em especial, agradeço pela participação, interesse e questionamentos sobre o Plageder.

Não fossem vocês todos, eu não teria chegado até aqui. Muito obrigado!

RESUMO

Este projeto está assentado sobre uma comunidade com características rurais e até agro-familiares, mas que, em seu contexto social, distancia-se destas conceituações, em face de inexistência de uma historicidade cultural própria. O espaço e o território são rurais, apropriados para o desenvolvimento de atividades agrícolas mínimas, que poderiam ser identificadas como de subsistência e auto consumo pelos atores, viabilizando a implantação uma “política de desenvolvimento” (Meneghetti, 2008). Se crescer pode ser sinônimo de progredir, num primeiro estágio, cita-se (Denardi et al.2000) que diz que “ o desenvolvimento das pessoas está ligado às capacidades dos indivíduos e, neste sentido, ele está nas pessoas e não nos objetos”. Ainda sobre a avaliação da motivação dos atores, há que se destacar que “o atendimento das necessidades humanas de alimentos e renda, bem como as sociais, das famílias e da comunidade” segundo (Veiga1994), depende de sua vontade de querer a mudança e a mobilidade. A alimentação escolar, neste sentido, pode se constituir em fator indutor de desenvolvimento rural, de uma forma muito objetiva já que, em se plantando se alimenta, se nutre e se desenvolve.

Palavras chave: alimentação escolar; desenvolvimento rural; agricultura familiar.

RESUMEN

Este proyecto se encuentra en una comunidad rural con características y incluso agro-familiares, pero, en su contexto social, distancia de estos conceptualización, falta de historicidad propio cultural. Espacio y territorio son rurales, adecuado para el desarrollo de las actividades agrícolas mínimas, lo que podría ser identificado como sustento y autoconsumo por los actores, que despliegue una "política de desarrollo" (trabajo de MENEGHETTI, 2008). Si usted crece puede ser sinónimo de progreso, en una primera etapa, CITES-si DENARDI et al (2000) dice que "el desarrollo de las personas es conectado a las capacidades de las personas y, en este sentido, es de la gente y no objetos". Todavía en la evaluación de la motivación de los actores, que señaló que "el cumplimiento de las necesidades humanas de ingresos y alimentos, así como la social, familia y comunidad" segundo VEIGA (1994), depende de su deseo de cambiar y movilidad. Las comidas de la escuela, en este sentido pueden constituir factor inductor de desarrollo rural, en un objetivo porque, si siembra fuentes, nutre y desarrolla.

Palabras clave: escuela de alimentación; desarrollo rural; agricultura familiar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: INDUTOR DE AGRICULTURA FAMILIAR	14
2.1 Históricos do PNAE e da Alimentação Escolar no Brasil	14
2.2 PNAE – Princípios e valores	14
2.3 O debate atual	15
2.4 Perspectivas	16
3 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	17
3.1 A estruturação do PNAE em Balneário Pinhal	17
3.2 As origens	17
3.3 Agentes envolvidos	18
3.4 Perspectivas	19
4 METODOLOGIA	21
4.1 Tipo de Estudo	21
4.2 Local do Estudo	22
4.3 População e amostra	24
4.4 Coleta de dados	24
4.5 Análise dos dados	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.1 A aplicação do PNAE em Balneário Pinhal por meio da aquisição de alimentos nos anos de 2009 e 2010	26
5.2 Potencialidades de desenvolvimento rural para o Município, com a Alimentação Escolar estimulando a implantação de uma agricultura familiar	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
7 REFERÊNCIAS	38
8 APÊNDICES	40
8.1 Apêndice A	40
8.2 Apêndice B	41

9 ANEXOS	42
-----------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

Refletindo sobre a experiência vivenciada na implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Balneário Pinhal é que me surgiu a motivação de trabalhar com o tema da Alimentação Escolar como Instrumento de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural.

Atuando junto à Administração Pública municipal, através de trabalho voluntário integrado ao terceiro setor e como membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA local constatei que o município, lá na sua emancipação, não possuía uma política definida de atuação que o identificasse como agente participativo do Programa FOME ZERO em suas diversas opções.

O incentivo à Alimentação Escolar (AE) surgiu, então, como alternativo, de uma forma diferenciada e objetiva, em consonância com a importância dada pela Administração Pública (AP) à educação de seus munícipes, mesmo sabendo que os atores rurais do espaço agrícola alvo, não traziam consigo uma carga étnica, cultural, histórica, de aproveitamento da terra como fonte de subsistência e, até mesmo, de geração de trabalho e apropriação de renda, ou seja, em face de inexistência, no município e arredores, de uma agricultura familiar implantada e consolidada.

Estas observações foram oportunas e somadas às participações que tive em movimentos sociais, em reuniões, seminários, palestras e conferências sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), regionais, estaduais e nacionais e que me deram suporte e forneceram subsídios à formatação de procedimentos e a familiaridade com o Programa de Alimentação Escolar voltado aos alunos da rede escolar municipal.

Poder-se-ia utilizar o que Almeida (1997) no seu texto “Da ideologia do processo à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável” (pg. 52) afirma de que o caminho que me parece ideal a ser seguido, é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade (...).

Nesse contexto, com a minha participação em pesquisa contratada pela Administração Pública e realizada pela ONG GUAYI e com o patrocínio da Petrobras junto a 90 famílias de um Assentamento Popular, localizado num dos Distritos do

município e num universo aproximado de 450 pessoas, constatei, quando da avaliação de execução do Programa Bolsa Família e do atendimento às suas condicionalidades, a carência alimentar de muitas crianças e adolescentes, que não estavam matriculadas ou que evadiam, com frequência, das salas de aula.

Em decorrência, verifiquei que a demanda por matrícula, principalmente na educação infantil, era considerável, assim como nas séries iniciais, levando-me a questionar sobre que tipo de ação, no mínimo para este público alvo, teoricamente excluído, poderia a ele ser dirigida já que o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE já estava instalado no município.

O curso que estou fazendo, de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – Plageder oportunizou-me, então, a pretensa resposta ao meu questionamento de como o Programa Nacional de Alimentação Escolar poderia influenciar e incentivar o surgimento de uma Agricultura Familiar no Balneário Pinhal, promovendo situação de desenvolvimento rural e a influência que teria no aumento de consumo e na produção de alimentos, na inclusão social, em frentes de trabalho e geração de renda para seus agentes.

A existência de uma massa populacional impossibilitada de usufruir de alimentação nutritiva e adequada comprovava que as políticas públicas existentes não estavam privilegiando, com atenções específicas, com monitoramento e avaliações, a existência de um déficit alimentar e nutricional, na comunidade, pela impossibilidade de matrícula escolar.

Essa assertiva decorreu de contatos junto à Secretaria Municipal de Educação e a Supervisão da Educação Infantil, quando se verificou a existência uma demanda contida de mais de 200 crianças que não possuem acesso à rede escolar do município, nos níveis de creche e pré-escolar e até mesmo séries iniciais.

Estes dados foram obtidos pelos registros oficiais assim como por declarações de Agentes Comunitárias de Saúde - ACS e Visitadoras do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), referendados por constatações pessoais do autor junto ao Conselho Municipal de Controle do Programa Bolsa Família (PBF).

Pontualmente, esta situação em nossa região não muda muito, pelo menos no que se refere ao déficit alimentar. Se tomarmos como parâmetro somente a Alimentação Escolar, vamos nos deparar com um quadro preocupante, na medida em que os municípios não dispõem de vagas suficientes para atender a demanda

nas faixas equivalentes às creches, séries iniciais, ensino fundamental e o EJA e com isto, excluem esta população de ser beneficiada por programas públicos de Alimentação Escolar existentes.

Há a necessidade de políticas específicas, municipais, que objetivem a inclusão social e o desenvolvimento rural, com suas características de atividades solidárias e de trabalho coletivo ou, como diz Melgarejo (2008), “retomando processos participativos e a construção de políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar”.

O fato é que o agricultor e sua família são o centro das decisões de seus objetivos de crescimento, de mudanças sócio-econômicas e indutores de mobilidade e sustentabilidade.

Sendo assim, qualquer ação que venha a ser promovida junto a uma comunidade é importante na medida em que alicerçada num diagnóstico prévio e tendo como pressuposto a participação e comprometimentos dos atores envolvidos, não devendo ser eles vistos, como até então, como “beneficiários”, mas sim como sujeitos de direitos em busca de seu bem-estar.

A agricultura familiar desponta, no caso específico, como sendo o objeto de um plano comunitário, de um programa exequível e de um projeto, simples e prático, da valorização humana em busca de cidadania e identidade participativas e de mudança social positiva, procurando diminuir, se não eliminar, a baixa estima e a desigualdade por venturas existentes, melhorando a qualidade de vida das famílias agricultoras.

Identificada a Agricultura Familiar, como agentes na produção de bens e produtos orgânicos, direcionados à elaboração da alimentação escolar e ao autoconsumo, surgem indicadores favoráveis ao desenvolvimento da economia rural local e que estabelecem, com sua execução, a mobilidade social, a inversão do êxodo rural que se verifica do rural para o urbano incentivando a geração de trabalho na só do ator rural adulto, mas promovendo o interesse dos jovens em ações escolares e comunitárias, na produção do seu próprio alimento, a apropriação de renda, considerando a existência de um mercado consumidor, apoiado por dispositivo legal, através da Lei nº 11947/2009.

Considerando que um dos objetivos do PNAE, “é o de suprir as necessidades diárias dos alunos, contribuir para a redução da evasão escolar,

favorecer a formação de bons hábitos alimentares em crianças e adolescentes do País”, (Gestão de Merenda Escolar, 2004), uma melhor compreensão sobre a implantação dessa política proporcionará à Administração Pública de Balneário Pinhal elementos para analisar a Alimentação Escolar o seu programa municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, procurando estabelecer relações e avaliações não só sobre os índices de aproveitamento escolar e saúde, como também possibilitar a capacitação e a qualificação da mão de obra dos familiares, pais ou responsáveis pelos alunos, transformando o ócio em atividade rural agrícola.

Para que se vislumbrem estas possibilidades, faz-se necessário elaborar objetivos e que se observe como vem sendo aplicado o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Balneário Pinhal/RS e quais as potencialidades reais que ele apresenta para induzir o desenvolvimento rural, como se pretende, objetivos estes que seriam:

Objetivo geral

Descrever e analisar a aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Balneário Pinhal/RS como possível indutor de desenvolvimento rural local, através da Agricultura Familiar.

Objetivos específicos

Para cumprir o objetivo geral estabelecido, três objetivos específicos foram seguidos, a saber:

- 1) Descrever a aplicação do PNAE em Balneário Pinhal, nos anos de 2009 e 2010.
- 2) Discutir as potencialidades de desenvolvimento rural para o Município, a partir da implantação do PNAE.
- 3) Pesquisar junto ao FNDE os repasses efetuados ao município, a sua regularidade e devida aplicação, contando, para isso, com a participação do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

2 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: INDUTOR DE AGRICULTURA FAMILIAR.

2.1 Históricos do PNAE e da Alimentação Escolar no Brasil.

A criação da ONU e da FAO, o lançamento da obra “Geografia da Fome” de Josué de Castro e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ocorridos na década de 40, foram marcos importantes na definição de políticas públicas de reconhecimento ao direito de uma alimentação adequada no mundo e aqui no Brasil.

Tendo como fonte o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a história relata que “até a década de 50 não havia no país um fornecimento regular de alimentação escolar e os estabelecimentos de ensino, por iniciativa própria e contando com recursos voluntários de empresas e dos alunos, proviam a merenda”.

Ainda conforme o FNDE identificou-se que na década de 50 “foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que se estrutura, pela primeira vez, um programa de merenda escolar, em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública”.

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106 que instituiu a Campanha da Merenda Escolar (CME) e em 1956, com Decreto nº39. 007 passaram a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). Somente em 1979 tiveram a titulação de Programa Nacional de Alimentação Escolar, dados estes obtidos junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

2.2 PNAE – Princípios e valores.

O PNAE é considerado um dos maiores programas de alimentação e nutrição do mundo e o maior na América do Sul, sendo responsável pela alimentação dos alunos das escolas das redes públicas, durante o ano letivo (200 dias) abrangendo, hoje, os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio assim como o programa de Educação para Jovens e Adultos - EJA, tendo a sua

origem no início da década de 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta do Governo Federal de oferecer alimentação aos escolares. (FNDE, pág.1, 2011).

De uma forma didática, Conti (2009) diz que [...] o PNAE tem o objetivo de proporcionar um cardápio que atenda às necessidades nutricionais dos estudantes enquanto permanecem na escola, contribuindo para a prática de hábitos saudáveis e o melhor desempenho de seu aprendizado. Este programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, através dos Conselhos de Alimentação Escolar.

2.3 O debate atual

Conforme Pereira Mura (2007, p.1, 2)

“a extensão territorial de nosso país e a sua diversidade de hábitos e culturas, o sentimento de pertença alimentar próprio da multiculturalidade e miscigenação de cores e raças que marcam o perfil dos brasileiros, relacionados à importância da educação nutricional no primeiro ciclo de vida. A possibilidade de trazer para o espaço escolar o espelhamento da educação nutricional, aliado ao modelo pedagógico, que necessita de revisão urgente, é o grande alento de gerir o controle social e a vontade política de mudar, pois não bastam leis regulamentares, as mesmas têm que ser efetivas e reais...”

A existência, já referida, de uma massa populacional, beneficiária, de cerca de 47 milhões de escolares, onde o atendimento das carências não é total, indica que somente através do PNAE, como distribuidor de recursos, não se conseguirá atender à demanda alimentar, escolar.

O envolvimento cada vez maior da comunidade escolar e sociedade civil, assim como a inclusão da alimentação humana como direito constitucional, obrigam a que os Governos, em todas suas esferas, que os Poderes, em todas as suas atribuições, estabeleçam critérios, permanentes de monitoramento e avaliação dos resultados do PNAE, principalmente no que se refere às distorções operacionais, o que, sem dúvida, por um histórico de conduta comportamental, é preocupante e onde o “governar para todos” representa um grande desafio político-administrativo.

2.4 Perspectivas

O advento da Lei 11.947/2009 estabelece, com a sua vigência, uma nova visão sobre a Alimentação Escolar, em especial, além de um maior universo de atendimento que se verificou na leitura de seu Art. 2º, definindo diretrizes de Alimentação Escolar em seus incisos de I a VI e ressaltando que entre estas inovações:

“destaca-se, além da universalidade no atendimento, a proposta de uso de alimentos que respeitem a cultura e os hábitos alimentares de cada região atendida pelo PNAE; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, perpassando pelo currículo escolar; a participação da comunidade no controle social para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada e, por fim, o incentivo à aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades indígenas e de remanescentes de quilombos”.

Identifica-se, assim, uma nova visão, não só didático-pedagógica como também social e de desenvolvimento sustentável e, como diz Miranda (CONSEARS, 2010), “elegendo a escola não só como fonte de conhecimento, mas de inclusão social e desenvolvimento local”.

3 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 A estruturação do PNAE em Balneário Pinhal

Há que se referir que o município de Balneário Pinhal tem somente 15 anos como entidade federativa municipal. Emancipou-se em 1995 de Cidreira e teve suas origens lá em Santo Antônio da Patrulha, com trajetória de distrito, ainda, de Osório e Tramandaí. Conta, hoje, com uma população de 10.855 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo de 2010, sendo 10.742 urbanos e 113 rurais, caracterizando o pequeno número de agentes do segmento agrícola, mesmo que a apicultura e a pesca artesanal justifiquem este número, pois estão enquadradas na referência rural não podendo, porém, constituir-se em fornecedores de alimentação escolar, pelo menos no que se refere ao pescado, pelo não atendimento a requisitos de inspeção e vigilância sanitária. O mel já está sendo fornecido, através da Associação de Produtores do Túnel Verde, em processo licitatório e atendimento à recente Lei 11.947/2009, num montante inicial de 200 kg/ano, quantidade esta que deverá ser aumentada.

3.2 As origens

Fora este relato histórico, as origens da alimentação escolar são as mesmas dos demais municípios da região, vinculados e dependentes do Governo Federal, de forma centralizada, desde elaboração de cardápios, aquisição dos produtos via processo licitatório e ainda a sua distribuição junto à rede escolar.

Criado o programa, já em 1997 foi estabelecido convênio com o FNDE bem como instituído, em forma de Lei, o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, pois a Administração Municipal optou pelo Programa de Alimentação Escolar - PAE e pelo controle social do Programa Bolsa Família - PBF, como ações prioritárias de apoio ao Programa FOME ZERO.

O atendimento ao PNAE, no município, vincula diversos agentes a começar pelas Secretarias Municipais de Educação, de Saúde e de Assistência Social, envolvidas diretamente nas ações inerentes ao programa. Atuam, ainda, os Conselhos de Alimentação Escolar, de Segurança Alimentar e Nutricional – Comsea

e o Programa Bolsa Família, na medida em que este tem cadastrada cerca de 2000 famílias e 723 beneficiários.

A ação do PNAE foi conveniada em 1997, com o município de Balneário Pinhal, que já estava emancipado desde 1995, ensejando, também, a criação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE. Este fato deu novo enfoque a Alimentação Escolar que, até então, era fornecida pelo Governo Federal, fazendo com que o município “[...] se obrigasse a dar suporte técnico e administrativo à execução do programa e também desafiado a complementar e ampliar os recursos oriundos do Governo Federal”. (Conti, 2009)

3.3 Agentes envolvidos

As direções das escolas, as nutricionistas e merendeiras, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, desempenham um papel de significado valor, como atores de linha de frente, nas escolas e junto aos alunos.

A elaboração pelas nutricionistas dos cardápios, balanceados, procura também valorizar os produtos locais e da estação, dando acompanhamento à aceitabilidade e/ou rejeição eventual das refeições pelos alunos e, sob um aspecto social, alertar aos mesmos sobre alimentação saudável, origem dos produtos e a sua forma de produção orgânica.

Fazem parte dos cardápios oferecidos aipim, alface, batata doce, cebola, cenoura, couve, banana, beterraba, feijão, mel, repolho, tempero verde, vagem, moranga, laranja, adquiridos da cooperativa fornecedora que é composta por agricultores familiares.

Palestras sobre a pirâmide alimentar, hábitos alimentares e medição periódica do Índice de Massa Corpórea - IMC são ações desenvolvidas, também, pelas nutricionistas, no intuito de promover mais saúde e qualidade de vida, assim como, de uma forma indireta, atingir melhores níveis de aproveitamento escolar e redução da evasão.

Não há dúvida de que muitos dos nossos hábitos alimentares são condicionados desde os primeiros anos de vida, o que evidencia o importante papel da família e da equipe escolar na alimentação e na educação nutricional das

crianças, na medida em que possibilita a oferta de uma aprendizagem formal a respeito do conhecimento da alimentação saudável e adequada. (Domenes, 2008)

3.4 Perspectivas

Ao verificarmos que a SAN se tornou uma política de Estado, estendida a todos os entes federados e ao optar pelo PNAE como instrumento de consecução desta ação, o Município aliou-se, de maneira efetiva, ao esforço despendido pelo Governo Federal, através de suas políticas públicas sociais, fazendo a sua parte no enquadramento ao Direito Humano de Alimentação Adequada - DHAA de uma parcela de um público alvo diferenciado, multiplicador de hábitos e costumes e passando a criar, possivelmente, a cultura de valorização da sua terra e de sua fixação nela, através dos alunos da rede pública de ensino.

Além de proporcionar os alimentos à agricultura familiar, apoiada e incentivada por políticas públicas e em iniciativas locais, pode se transformar no grande potencializador de um desenvolvimento, na perspectiva de sustentabilidade social, econômica e ambiental, a partir inserção e integração individuais e da identidade de cada território, de cada ator como protagonista, como sujeito de direitos e não mais como beneficiário de *favores* públicos, trabalhando a terra como forma de vida, de pertencimento, de resgate de dignidade pessoal e da auto-estima.

Destacaria na referência de Grisa(2007), a importância que a agricultura familiar, estimulada a produzir para o seu consumo e sobrevivência, adquire no contexto de uma comunidade e de um espaço rural, território como estamos estudando, ao identificar a sua prática como importante para a fixação do ator rural no campo, a recuperação de uma auto-estima muito comprometida com a falta de emprego e de renda e talvez o mais importante, o fortalecimento da identidade social dos agricultores, de sua dignidade pessoal e de suas perspectivas de mudanças, de mobilidade social.

Ao se consolidar, num determinado território, maior ou menor, a Agricultura Familiar passa a se constituir em agente de desenvolvimento, mobilizadora de movimentos sociais e reivindicatórios, de defesa de interesses e direitos e imune a preconceitos discriminatórios, enquadrando-se no texto de Conti (2009, pg24) onde se encontram as definições pontuais sobre o “princípio de alimentação como um

direito de cidadania, no horizonte dos desdobramentos específicos da CF de 1988 (...) a sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei 11.346/2006) e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-“SISAN”, assim como a referência explícita à inclusão do direito à alimentação, junto aos demais previstos no Art. 6º da Constituição Federal, procedimento este já promulgado.

Pensa a Administração Pública que com a vigência dos dispositivos legais citados possa ser indutora de uma nova realidade social, onde a Alimentação Escolar através de seus sujeitos e protagonistas vislumbrem um processo de integração e qualificação de seu potencial produtivo, despertado pelo conhecimento ofertado de técnicas agrícolas aliadas aos seus saberes, herdados ou já acumulados reconhecendo, porém, para que não pareça um exagero de otimismo, a vontade de eles quererem esta mudança.

De acordo com Grisa (2007, p. 162) a produção para autoconsumo é uma estratégia relevante à reprodução social da agricultura familiar, e também assume outros papéis fundamentais, como: propicia a diversificação dos meios de vida, ampliando o leque de estratégias sob o qual está assentada a continuidade do grupo familiar; é uma forma de economização na medida em que aperfeiçoa a utilização dos fatores de produção (terra e força de trabalho) e dos recursos financeiros; restabelece a co-produção entre homem, natureza e trabalho; alimenta relações de sociabilidade e reciprocidade contribuindo para a coesão da estrutura social; e fortalece a identidade social dos agricultores, conferindo legitimidade e reconhecimento perante os demais.

Tem-se consciência da existência de uma “letargia social” existente no território alvo e se os propósitos públicos, oficiais, são de crescimento e progresso, num estágio de inclusão e inserção, há que se reportar a Denardi et al.(2000) quando diz “ que o desenvolvimento está ligado às capacidades dos indivíduos e, neste sentido, ele está nas pessoas, não nos objetos”. No mesmo sentido, Veiga (1994) destaca “que o atendimento das necessidades humanas de alimentos e renda bem como as sociais, das famílias e da comunidade, depende de sua vontade de querer a mudança e a mobilidade”.

4 METODOLOGIA

Para atender aos objetivos propostos, este trabalho se ateve às regras e normativas instituídas no trabalho de Gerhardt e Silveira (2008) procurando, de forma simples e prática, transmitir e apontar um caminho de consecução de propósitos, onde os atores rurais conseguissem ampliar e se apoderar de conhecimentos e práticas sobre Agricultura Familiar, de forma participativa e solidária.

Neste sentido e em face da condição de ser pequeno o território pesquisado, o trabalho desenvolvido foi facilitado, permitindo que durante os meses de janeiro e fevereiro se aprofundassem as visitas, os contatos e as entrevistas. Por opção do pesquisador, titulares da administração pública municipal, referidos como fontes válidas, não foram contatados já que as opiniões dos executores é que foram priorizadas, principalmente pelo grau de relacionamento entre as partes. Para tanto houve necessidade de estabelecer etapas de avaliação, a seguir expostas.

4.1 Tipo de Estudo

Em termos metodológicos, este trabalho tem as seguintes características:

- Quanto à abordagem, ela é qualitativa que, de acordo com as definições, este tipo de pesquisa aprofunda-se na compreensão do tema a ser estudado. Segundo Goldenberg (1999), a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização, entidade representativa. Já para Minayo (2007, p.21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significado, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes e aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas”.
- Quanto à natureza, ela é básica, pois não terá aplicação prática, podendo, porém, tornar-se aplicada se vier a provocar conhecimentos que possibilitem a sua aplicação prática. (Gerhardt e Silveira, 2008)
- Quanto aos objetivos, pode-se classificá-la como exploratória, pois busca proporcionar maior familiaridade com o problema já que, em sua maioria, envolve

levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado... (Gil, 2007)

Nesse trabalho o pesquisador envolveu-se, inicialmente, em fazer levantamento de informações existentes sobre o espaço geográfico, centrado em leitura de textos, acesso a documentos e informações de órgãos públicos. Já as opiniões emitidas sobre Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e Alimentação Escolar são decorrentes de experiências próprias e participações em eventos vinculados à pesquisa e na composição de entidades associativas do setor como conselhos municipais.

4.2 Local do Estudo

Esta pesquisa foi realizada no município de Balneário Pinhal em escolas da Rede Municipal. Estas são num total de oito, sendo cinco de ensino fundamental e três de educação infantil. Uma das escolas fundamentais atende a alunos portadores de necessidades especiais. Outras duas, no turno da noite, dão atendimento ao Ensino de Jovens e Adultos – EJA.

A rede municipal de ensino acusa a participação de 2.102 alunos, conforme o Censo Escolar, sendo 358 crianças no nível da educação infantil, 1.567 alunos do fundamental e 227 do EJA, conforme Quadro 1 a seguir. Estes dados foram comprovados conforme relato dos agentes municipais de educação e procura de informações junto às secretarias das escolas, e onde foi constatada a existência de uma demanda contida de cerca de 200 crianças, só na educação infantil, conforme já referido anteriormente.

Quadro 1. Alunado por ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Balneário Pinhal, 2010.

Esfera	Código/Nome da escola	Creche	Pré-escolar	Fundamental	Médio	Fundamental EJA	Médio EJA	Total
MUNICIPAL	43046070 / ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BARAO DE SANTO	0	0	355	0	0	0	355

	ANGELO							
MUNICIPAL	43046100 / ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LUIZ DE OLIVEIRA	0	0	510	0	18	0	528
MUNICIPAL	43046177 / ESCOLA MUNICIPAL ENSINO FUNDAMENTAL CALIL MIGUEL ALLEM	0	0	426	0	202	0	628
MUNICIPAL	43046185 / ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ANTONIO FRANCISCO NUN	0	0	92	0	7	0	99
MUNICIPAL	43173926 / ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSE ANTONIO DA SILVA	0	0	134	0	0	0	134
MUNICIPAL	43195954 / ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL ESTRELINHA DO MAR	31	73	0	0	0	0	104
MUNICIPAL	43195962 / ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL AS ABELHINHAS	45	44	0	0	0	0	89
MUNICIPAL	43199968 / ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL PEIXINHO DOURADO	40	125	0	0	0	0	165
Total		116	242	1517	0	227	0	2102

Fonte: FNDE - Ministério da Educação

A exposição deste quadro evidencia que não houve pesquisa junto à única escola estadual do município assim como demonstra a inexistência de escola rural ou agrícola, mesmo no território municipal considerado área rural. Outro dado importante, como referência demográfica, é que quase 1/5 da população do município está matriculada nas escolas municipais e se fossem computados os alunos da escola estadual, esta relação seria de ¼ da população.

4.3 População e amostra

Para a realização deste trabalho o público alvo opinativo foi escolhido dentre a Administração Pública de Balneário Pinhal e seus distritos de Magistério e Túnel Verde, com os órgãos e representantes diretamente vinculados ao PNAE, no caso a comunidade escolar municipal, assim como com os agentes intermediários de funções e os sujeitos finais, beneficiados com o referido programa. Este procedimento, desta forma, não tem caráter de exclusividade ou particularidade, sendo comum em espaços geográficos e sujeitos similares envolvendo, inclusive, parceiros desvinculados de gestão pública. A amostragem dos elementos coletados, com dados referenciais, consta no Quadro 1 e Tabelas 1 e 2.

4.4 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu através de três tipos de informações:

1) Busca de informações referentes às características do PNAE no município, em bancos de dados do IBGE, do FNDE e do PNAE, bem como elementos extraídos do Cadastro Único do Programa Bolsa Família, Pastoral da Criança, entidades religiosas e assistenciais.

2) O pesquisador valeu-se de pesquisas, previamente elaboradas, semi-estruturadas, de fácil entendimento e que não provocassem constrangimentos pessoais nos dados fornecidos. Vale referir que o objetivo principal da coleta de informações foi o de identificar o conhecimento sobre o PNAE, de sua importância e resultados práticos de aplicação. Coleta de informações por meio de entrevistas aplicadas pelo próprio pesquisador, aproveitando-se de uma credibilidade e confiança existentes junto aos entrevistados.

3) Visitas nas escolas, Secretarias de Educação, da Saúde e da Assistência Social; contatos com Agentes Comunitários de Saúde, visitadoras do PIM, coordenadores pedagógicos, Centros de Pais e Mestres – CPM das escolas, consulta ao Censo Escolar, Cadastros da Secretaria de Educação e da Saúde, Cadastro Único do Programa Bolsa de Família- PBF, já citados anteriormente.

4) Junto às escolas visitadas foram realizadas três entrevistas, com uma Diretora, com uma Nutricionista e com uma Auxiliar de Cozinha, abrangendo profissionais distintos em suas funções e que trouxeram alguns elementos relativos à importância da Alimentação Escolar no município. Foram entrevistados, também, Técnico da EMATER, Associação dos Pescadores e Amigos do Balneário Pinhal, Associação dos Apicultores do Túnel Verde – APIVERDE e um pequeno produtor rural, com características de agricultor familiar.

4.5 Análise dos dados

Para a avaliação das informações coletadas, realizou-se análise temática proposta por Minayo (2007), que segundo esta autora, este tipo de tratamento dos dados “[...] consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado (p.315)”. Além disso, foi possível a análise dos significados em que “[...] a presença de determinados temas denota estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou subjacentes no discurso” (p.316). No entendimento do pesquisador, limitado por definições tecnicistas próprias de um estágio de maior conhecimento, as etapas de pré-análise, exploração de material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação, preconizados por Minayo (2007), foram atendidas.

O envolvimento de todos os agentes e protagonistas e a familiaridade que o pesquisador possui com o tema propiciou a sua melhor condução do mesmo permitindo que as etapas presumidas da pesquisa tenham sido atingidas, desde a leitura de material pertinente, ao material e dados coletados e seu significado e a sua relação com os objetivos iniciais propostos.

Nesse trabalho, as entrevistas foram transcritas parcialmente, sendo importante destacar que, por representarem de maneira mais clara o objetivo deste trabalho, apenas as questões principais das entrevistas foram analisadas pelo pesquisador. Estas questões foram representadas pelas categorias empíricas que surgiram a partir da leitura das entrevistas. Os demais aspectos do tema, abordados nas entrevistas e não neste trabalho, servirão para a continuidade deste estudo.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A aplicação do PNAE em Balneário Pinhal por meio da aquisição de alimentos nos anos de 2009 e 2010

A compra dos gêneros alimentícios deverá observar os critérios e modalidades previstas na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 – que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Desde 2010 passou a vigorar a Lei 11.947/2009 de 16 de junho de 2009, assim como a Resolução /FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009 (Equipe REBRAE, 2009).

Estes dispositivos legais visam assegurar, de forma institucional, não só o acesso a uma alimentação saudável e segura, mas, principalmente, a possibilidade de fazer com que os gêneros consumidos tenham origem e participação da agricultura familiar, seja local ou regional.

Estas modalidades permitem às Entidades Executoras que as aquisições sejam mais bem direcionadas, uma vez que a Lei das Licitações, ainda em vigor, é ampla, sem estabelecer diferencial entre os produtos, bens ou serviços que são licitados. O advento da Lei 11947/09 privilegiou a compra de gêneros e produtos voltados à Alimentação Escolar, estabelecendo somente um mínimo de aquisição, no caso 30%, produzidos pela agricultura familiar e estimulando a ampliação de grupos, formais ou informais, ou entidades fornecedoras, como no caso as cooperativas de produtores agrícolas.

Desta forma, as Entidades Executoras passam a ter e exercer uma maior influência no processo de aquisição, seja priorizando fornecedores locais, seja exercendo maior fiscalização na qualidade dos produtos ofertados, como no caso daqueles oriundos de práticas orgânicas, livres de defensivos tóxicos ou estimulando os produtores agricultores familiares a “criar hortas urbanas individuais ou comunitárias com o aproveitamento de espaços ociosos, terrenos municipais e outras áreas de pouco uso dentro do perímetro urbano ou em sua área rural... (Belik, Chaim e Weis)”, que passam a ter garantia de comercialização de seus produtos, permitindo que as suas ofertas sejam ampliadas a novos mercados de consumo.

Com a vigência da Lei 11.947/2009 são arroladas importantes diretrizes no Art. 2º que, sintetizadas, apontam algumas ações de alcance relevante, como a universalidade do atendimento, a utilização de alimentos e produtos que respeitem a cultura e os hábitos locais dos alunos criando relação de pertencimento ao que está sendo ofertada, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, inserida no próprio currículo escolar e a ampliação da participação da comunidade no controle social, especialmente alunos, pais e professores (REBRAE, 2009).

Ao referir o controle social deve-se entender que entidades como os Conselhos Municipais, de Alimentação Escolar – CAE ou de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA têm um papel de extrema relevância não só no processo de aquisição de gêneros alimentícios, como as demais práticas de acompanhamento de origem, qualidade, prazos de entrega, armazenagem, prazos de validade enfim, toda uma prática de fiscalização inerente aos seus objetivos de constituição.

Estes dados fundamentam a importância da atividade rural, contínua e permanente, através de atores familiares, que pode ser desenvolvida no território local.

A Administração Municipal elabora relatório anual de Gestão do PNAE sendo que o exercício de 2010 apresentou os seguintes resultados:

Tabela 1 - Recursos repassados e investidos para a aquisição de gêneros alimentícios, Balneário Pinhal, 2010.

- Forma de Gestão da entidade executora: centralizada	
- Recurso repassado pelo FNDE: Creche	R\$ 13.920,00
Pré – escola	R\$ 14.520,00
Fundamental	R\$ 91.020,00
EJA	R\$ 13.620,00
- Total	R\$ 133.080,00
- Recurso investido pelo Município na compra de gêneros alimentícios	R\$ 278.550,82
- Compra da Agricultura Familiar	R\$ 39.542,97

Fonte: Governo Federal – FNDE- Prefeitura Municipal de Balneário Pinhal, 2010.

Esta tabela é muito clara com relação ao volume de recursos aplicado pelo município, que corresponde ao dobro do que o Governo Federal remeteu para a execução do PNAE em Balneário Pinhal. Fica evidenciada, também, a margem de aplicação que poderia ser utilizada na aquisição de produtos da agricultura familiar que, por ventura, já estivesse instalada e produzindo, no município.

A quantidade de gêneros adquiridos é planejada de acordo com o número de alunos das escolas, em conjunto com os funcionários. Foi verificado, pessoalmente, nas visitas feitas às escolas, que existem regularidade e suficiência na entrega dos produtos, sendo a mesma administrada através de cronograma previamente estabelecido entre a Nutricionista e os fornecedores, sendo constatado que os produtos são armazenados nas próprias escolas, havendo rigor em relação ao prazo de validade dos produtos e as condições dos horti-fruti-granjeiros.

No que se refere à estrutura física, todas as escolas possuem água fornecida pela CORSAN, armazenamento local, freezer, refrigerador, fogão industrial, utensílios adequados, sendo que as escolas de ensino fundamental possuem, no refeitório, balcão térmico, conforme foi verificado nas visitas efetuadas.

Já as ações de Educação Alimentar e Nutricional compreendem: Projeto de saúde bucal Sorrindo para o Futuro; Participação no Projeto Cozinha Brasil, do SESI; Cursos de aproveitamento integral dos alimentos; Higiene e manipulação de alimentos; Fabricação de pães e biscoitos para uso na Alimentação Escolar.

De acordo com dados levantados junto ao Censo Escolar, os recursos financeiros repassados pelo FNDE, para atendimento à Alimentação Escolar no município de Balneário Pinhal, nos dois últimos exercícios, foram os seguintes:

Nesse contexto de valores, cabe ressaltar que, em 2010, a participação do Governo Federal e do Município, em Alimentação Escolar, foi de R\$ 362.762,51, sendo que só o aporte municipal foi de R\$ 229.682,51, o que, trazendo para uma relação de alunado/dias letivos, equivale a um investimento de R\$ 0,57 contra R\$ 0,33 do Governo Federal.

Como se constata, na tabela abaixo, o Município está fazendo a sua parte e complementa os recursos financeiros federais nem sempre suficientes para o atendimento ao que se propõe pelo PNAE, que condiciona seus recursos somente para a aquisição dos alimentos a serem ofertados. Nota-se que houve um acréscimo

nos recursos federais de quase 50%, de 2009 para 2010, diferença esta proveniente do reajuste havido na destinação “per capita” do alunado.

Outro dado altamente significativo e que poderia ser incluído nas justificativas deste trabalho é o número de DAP junto ao PRONAF, relativo à quantidade de agricultores familiares, registrado pelo FNDE.

Tabela 2 – Repasses do FNDE e Prefeitura Municipal de Balneário Pinhal em 2009 e 2010

	I – Exercício de 2009:	II – Exercício de 2010
Repasso do FNDE	R\$ 91.511,20	R\$ 133.080,00
Número de alunos	1.874	2.021
Dias letivos	200	200
Lei 11947/2009 (30%) do repasse	R\$ 27.453,36	R\$ 39.924,00
Aporte do Gestor Municipal	R\$ 224.583,92	R\$ 229.682,51
Agricultores Familiares	20	21
Portadores de DAP do PRONAF	2	2

Fonte: Dados obtidos junto ao FNDE e Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Balneário Pinhal.

Junto às escolas visitadas foram realizadas três entrevistas, com uma Diretora, com uma Nutricionista e com uma Auxiliar de Cozinha, abrangendo profissionais distintos em suas funções e que trouxeram alguns elementos relativos à importância da Alimentação Escolar no município.

A entrevista realizada com a Diretora de uma escola de Ensino Infantil, com crianças de até seis anos de idade, respondendo as questões colocadas, limitou-se a opinar sobre a importância da Alimentação Escolar, como segue:

“Tenho alunos matriculados que freqüentam a escola em turno integral, com as mães ou responsáveis deixando-os na escola pela manhã e buscando ao final da tarde. Desnecessário dizer da importância que a

alimentação que é fornecida a estas crianças, durante o dia, como café da manhã, lanchinho, almoço e lanche reforçado na tarde faz diferença em seu desenvolvimento escolar. Recebemos crianças, em início de ano letivo, mal alimentadas, algumas desnutridas e outras obesas, carentes de qualquer cuidado alimentar, em alguns casos, por dificuldades financeiras dos pais”.

Inserida nesta declaração está toda a preocupação de uma gestora escolar em relação ao bem estar de seus clientes, desde os bebês aos quais, além da alimentação específica, recebem uma atenção que, se não a materna, é plena de cuidados e muito carinho. Constata-se que além de proporcionar a alimentação institucional, dentro de parâmetros nutricionais previstos por cardápios elaborados por técnicos de nutrição, uma série de informações e ações são desenvolvidas no intuito de socialização dos atores, da transmissão de hábitos alimentares, de saúde bucal e higiene pessoal, por exemplo, que se diferenciam, lamentavelmente, daqueles existentes, ou não, em suas residências, junto a seus familiares.

Já a Nutricionista responsável pela merenda escolar no município, convidada a contribuir com esta pesquisa, manifestou-se da seguinte forma:

“A Alimentação Escolar além de suprir necessidades orgânicas, contribui para a socialização e mudança de hábitos no ambiente escolar. É sabido que sem uma alimentação adequada, o organismo humano se fragiliza, adocece e a presença de males, doenças, principalmente nas crianças e adolescentes, influencia sobremaneira em seu rendimento escolar. Muitos deles necessitam da alimentação recebida nas escolas, pois, em alguns períodos são a única refeição que consomem ou pelo menos alguns grupos de alimentos eles só consomem nas escolas, podendo citar, como exemplo, a carne. No nosso caso, não estamos adquirindo gêneros da agricultura familiar local, mas sim através de uma cooperativa de agricultores familiares, localizada na região e que atende os requisitos previstos na Lei 11.947/09. Esta cooperativa fornece relação de produtos que está em condições de vender e as quantidades disponíveis, possibilitando que o município elabore suas necessidades e oriente o processo licitatório, no caso uma chamada pública”.

O parecer deste profissional foi mais técnico em suas referências. O fato é que a sua presença na gestão ampla da Alimentação Escolar no município demonstra a preocupação existente do poder público à obediência do que é preconizado pelo PNAE bem como com o programa FOME ZERO, em seus propósitos. Penso hoje, pontualmente, que o Governo Federal ao instituir como objetivo e meta, a erradicação da miséria e da pobreza, sem dúvida, perpassará pelo combate à fome. E é neste ambiente, o escolar, como em muitos outros, em suas séries iniciais, que se conseguirá atingir este propósito, com um mutirão de

cidadania, de envolvimento das comunidades escolares e, principalmente, alijando do contexto, omissões, desvios de conduta e a criminalização que possa ser detectada, de agentes públicos, de intermediários e até de produtores inescrupulosos, como tem sido noticiado, nestes dias.

Há que se avaliar é que o novo processo de aquisição de alimentos via Lei 11.947/09, não eliminou os procedimentos previstos na Lei das Licitações, de 1993, mas condicionou e regulamentou uma forma de aquisição que estimulasse, determinasse o consumo de produtos oriundos da agricultura familiar.

Já a Auxiliar de Cozinha da Escola de Ensino Fundamental, na entrevista prestada, fez a seguinte avaliação:

“Tenho experiência de 15 anos na área de alimentação escolar, tendo iniciado em Porto Alegre, numa creche vinculada a uma ONG, denominada Ananda Marga e lembro-me da situação em que recebiam alimentos da LBA, tipo leite em pó, sopa de feijão em pacote, arroz de leite em pacote, muitas vezes com validade vencida. Nesta escola, que praticava o vegetarianismo, fiz diversos cursos de aproveitamento de horti-fruti. Estou em Magistério há 10 anos, desenvolvendo a minha atividade na EMEF Luiz de Oliveira, sendo responsável pela cozinha. Penso que a alimentação fornecida pelas escolas tem sido fator de uma melhora de aprendizado e de freqüência escolar. O alimento que é oferecido aos alunos é selecionado por cardápios elaborados pelo Departamento de Nutrição da SMEC, procurando suprir as necessidades dos alunos. O que preocupa é que existem muitas crianças que não freqüentam a escola e que não tem possibilidade de se alimentarem como seus irmãos, que estão estudando”.

Estas entrevistas, salvo avaliações mais pontuais em relação a um trabalho monográfico, acadêmico, apontaram ao autor o foco, o cerne da questão da segurança alimentar e nutricional e da alimentação escolar como promotora de inserção social, de resgate de cidadania e de valorização da auto-estima e dignidade cidadã. Ao se referir a *“melhora de aprendizado e de freqüência escolar”*, em suas palavras, uma entrevistada conseguiu transmitir todo um universo de resultados didático-pedagógicos positivos, mais inteligíveis e exeqüíveis para quem está bem alimentado. Isto não foi uma hipótese, mas uma constatação.

5.2 Potencialidades de desenvolvimento rural para o Município, com a Alimentação Escolar estimulando a implantação de uma agricultura familiar.

O ponto de partida deste trabalho, referenciado desde o seu início é a existência do PNAE, implantado e consolidado no município. Isto vale dizer que, em termos de mercado, de atividade comercial, em Balneário Pinhal existe um cliente, comprador, com recursos disponíveis, que não encontra fornecedor, local, para as suas necessidades consumidoras. Existe comprador, com recursos, e não existe fornecedor local.

Partindo do princípio de que com o pleno exercício da atividade agrícola familiar que venha a ser implantado no território analisado e pesquisado, fica evidenciado que além do atendimento ao auto-consumo resgata-se a diversidade produtiva e estabelecem-se situações de geração de renda, de revisão de hábitos alimentares, promove-se inclusão social e se atinge níveis de desenvolvimento rural, local e regional.

Ações de produtores locais, de mel e de pescadores artesanais, tidos como produtores rurais são prova de que mesmo incipientes nas suas atividades, mesmo que aptos para desenvolvê-las, regularizadas através de entidades representativas – associações ou cooperativas – legalizadas e credenciadas ao fornecimento de seus produtos, desde que atendidas às exigências de licenciamento operacional e fiscalização sanitária.

As entrevistas com representantes do SEBRAE e da Associação dos Apicultores do Túnel Verde – APIVERDE indicam que a apicultura tem importante papel na economia do Balneário Pinhal e a APIVERDE, constituída por 14 famílias de apicultores-sócios, com produção média de 20 a 30 caixas de abelhas por apicultor, tem como objetivo principal, além da ampliação do seu quadro social, tirando alguns produtores da informalidade, promover o aumento da produtividade e o incentivo ao trabalho organizado e gerador de renda.

Vale citar que o produto mel por suas qualidades protéicas é altamente recomendado para a Alimentação Escolar para alunos acima de quatro anos de idade, podendo ainda se referir às qualidades medicinais e homeopáticas que o produto proporciona propriedades estas exequíveis num sistema de

desenvolvimento sustentável através da agricultura familiar e de uma economia solidária.

A expectativa para a colheita do mel, nestes meses de abril e maio de 2011, é a de superar a de 2010, que foi de 11 toneladas. Tendo como florada principal a do eucalipto, face às florestas existentes, a APIVERDE tem proporcionado cursos de qualificação e manejo de colméias e enxames, para apurar a qualidade nutritiva do produto já que o mesmo tem sido fornecido à Administração Municipal, para compor a merenda escolar.

São parceiros neste trabalho associativo e de qualificação, o SEBRAE, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e a Administração Municipal, que vê nesta atividade a possibilidade de estabelecer uma cadeia produtiva própria que qualificaria os agentes envolvidos e ampliaria a linha de produtos a serem ofertados ao mercado consumidor, criando marca própria e selo de qualificação de produto regional orgânico.

Em entrevista com o representante da Associação dos Pescadores e Amigos de Balneário Pinhal, que foi questionado sobre o fornecimento de pescado para a Prefeitura Municipal, para compor os cardápios da Alimentação Escolar, foi-nos informado o seguinte:

“A pesca artesanal tem encontrado dificuldades de se ampliar, pois somente agora, com o apoio da EMATER, é que os pescadores estão procurando se reorganizar e deixar a associação regularizada. Mesmo assim os peixes são vendidos diretamente aos consumidores já conhecidos que compram tudo o que é pescado até porque tem algumas exigências de fiscalização sanitária que ainda não estão sendo cumpridas. Para a Semana Santa foi feita parceria com a CONAB que ofereceu um kit-feira composto por barraca, freezer, balança, exigindo que tudo passe por inspeção da saúde e que o peixe ofertado tenha sido pescado pelos associados”.

Ainda em relação às potencialidades de desenvolvimento rural a partir da implantação do PNAE no município, foi entrevistado um morador do Distrito de Túnel Verde, pois é produtor rural, enquadrado como agricultor familiar. Em sua propriedade, localizada no centro do Distrito, ele desenvolve atividade de agricultura familiar, para auto-consumo e fornecimento para vizinhos e doando para a escola local, da qual é professor.

Em sua propriedade possui uma estufa onde planta alface, tomate aipim e tempero verde; tem árvores frutíferas diversas; sua produção é toda orgânica; tem duas composteiras instaladas para aproveitamento de resíduos, assim como minhocário. Questionado sobre a importância da AE disse que além de alimentar os alunos ela proporciona melhor aproveitamento escolar e complementa situações de saúde.

Disse que a região é apropriada para a constituição de grupos de produtores e até mesmo uma associação ou cooperativa, a exemplo do que acontece com os criadores de abelha e que conforme o que fosse plantado teria condições de abastecer a escola e até mesmo ampliar sua oferta para outros consumidores.

Já noutro contato, realizado com o Técnico da EMATER, especializado em agricultura familiar e pescado, atividade esta desenvolvida por 10 anos em Palmares do Sul, atendendo, inclusive comunidade quilombola, solicitado a colaborar nesta pesquisa, prestou as seguintes informações:

“Entendo que a alimentação escolar é programa importante na formação de crianças e jovens, não só pela oportunidade de usufruírem de alimentos saudáveis, adequados ao consumo e devidamente balanceados, conforme a elaboração de cardápios previamente confeccionados pelo departamento de Nutrição da SMEC do município. Não tive a oportunidade de participar do processo local de implantação do PAE, mas sei das ações que são desenvolvidas pelos Conselhos de Alimentação Escolar e do COMSEA” .

Quando questionado sobre a inclusão do mel e do peixe no cardápio das escolas, disse, inicialmente:

“São dois componentes fundamentais em termos nutricionais incluídos na pirâmide alimentar dirigida aos escolares. Lamento que em relação ao peixe, a atividade local existente não está devidamente organizada, existindo um cadastro de aproximadamente 70 pescadores, mas que não chega a 20 o número daqueles que se dedicam exclusivamente à pesca. Reconheço a dificuldade da categoria se unir de forma associativa, pois para eles não há necessidade, pois todo o produto pescado é elaborado, com técnicas artesanais, seja de evisceração ou de filetiamento e é vendido no seu entorno familiar ou fornecido para comerciantes locais”.

Sobre a possibilidade de incentivar a prática agrícola familiar, no território, disse:

“É apropriado principalmente para HFG, seja para subsistência, seja para fornecimento às escolas. As barreiras existentes decorrem de uma ausência de cultura local e de um histórico étnico tradicional, muito enraizado nos descendentes de italianos ou de alemães”.

Constata-se que as declarações do extensionista convergem para uma situação real, envolvendo atores produtores rurais ou agricultores familiares, que se resume e se concentra na ausência de informação e de formação, onde esses atores devem ter reconhecidas as suas bagagens de conhecimentos para dela extraírem, com a ajuda de agentes externos, as eventuais soluções para um crescimento individual e um desenvolvimento local, vislumbrando em sua atual atividade – no caso a pesca – a oportunidade de uma mobilidade, comunitária e social.

Este procedimento de formação e até mesmo de reformulação de paradigmas em determinadas atividades agrícolas, principalmente no que se refere ao seu exercício, decorre de um amplo processo de informação e de comunicação, onde e quando a credibilidade dos agentes transmissores seja fator de aceitabilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de se salientar que o Governo Federal tem sido regular na disponibilização de recursos através do FNDE e que o acompanhamento e a fiscalização de aplicabilidade pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE se faz de forma permanente e pontual, estendendo esta ação à elaboração de cardápios, depósito de mantimentos, validade de consumo e a diversificação de produtos utilizados, bem como a aquisição dos mesmos.

Ao se elaborar a Tabela 2 comparativa de repasses financeiros do Governo Federal, constatou-se o registro oficial de agricultores familiares no município – 21 - bem como daqueles portadores de DAP do PRONAF – 2 - o que atesta o baixo número de agricultores familiares instalados e consolidados já que as referências numéricas envolvem apicultores e alguns pescadores.

Outros atores de características familiares, moradores em espaços rurais e urbanos, comunidades de risco e vulnerabilidade social, num projeto de produção de hortifrutigranjeiros (HFG), abririam perspectivas de inserção no mercado de trabalho que propiciaria, não só o alimento para o seu consumo e sobrevivência como a possibilidade de fornecimento de excedentes para consumo em escolas, locais e da região, na elaboração da alimentação escolar (AE) e refeições completas, saudáveis e nutritivas.

É nesta situação que a assertiva de Almeida (1997) se enquadra “ao afirmar que o caminho que lhe parece ideal a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade”, conforme já citado em nossa introdução.

Esta atividade, desenvolvida por agricultores familiares, partindo lá dos quintais domésticos se concentraria na implantação de hortas, comunitárias e escolares e promoveria, além da inserção social, a integração com redes de fornecimento de produtos às feiras e aos mercados consumidores, o crescimento das comunidades e seus atores, criando estímulo para a fixação do jovem no campo e estabelecendo padrões de desenvolvimento rural.

As políticas públicas (PP) são muito importantes em nossa realidade sócio-econômica, principalmente em se tratando de SAN e, por extensão, Alimentação

Escolar, como refere Melgarejo (2008) retomando processos participativos e construindo políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar ao que se enfatiza que elas devem ser eficientes, criando e produzindo resultados e que a sua efetividade seja permanente.

A inserção de segurança alimentar e nutricional no espaço físico das escolas, por meio da Alimentação Escolar é o indicador da aceitação de uma política de inclusão e socialização das comunidades escolares, superando e afastando entendimentos de assistencialismo e estabelecendo uma ação de Administração Pública pontual, que perpassa limites da educação pedagógica e adentra em critérios de preservação da saúde individual.

Para tanto, estas políticas públicas, para que atinjam estes objetivos, dependem de um fator importante, qual seja o de garantir, além da efetividade, a sua executabilidade, em qualquer momento, a qualquer tempo e acima de qualquer instância ou esfera governamental. Precisam ser políticas de Estado e não de Governos.

A Constituição Federal de 1988 ao evidenciar o social não mais como beneficiário, mas como sujeito dos direitos individuais preconizados, dentre eles a Alimentação, aponta para um rumo onde elas, as PP, não podem sofrer solução de continuidade em sua execução ou dependentes de agentes públicos, já que os direitos aos quais se referenciam, são contínuos e consolidados.

Quando Maluf e Menezes (2000) dizem que “é responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro de formas possíveis para exercê-lo”, concluímos que cabe ao Controle Social acompanhar, cobrar, fiscalizar e sugerir a execução das políticas estabelecidas, de tal forma que a sociedade, a comunidade escolar e suas representações associativas, como o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, os Conselhos de Pais e Mestres – CPM, em parceria legítima com os entes públicos, se constitua também, em agentes de administração privada e solidária.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. *Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável*. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 1997. P. 52.

CONTI, Irio Luiz. *Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas*. Passo Fundo. IFIBE. 2009

DOMENE, SMA. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. *Psicol. USP* v.19 n.4 São Paulo dez. 2008.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR. *Projeto de Gestão Escolar*. 2004

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Lei 11.947/2009 e Resolução 38/2009*

GRISA, C. A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MENASCHE, Renata, organizadora. *Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação*. Revista de Nutrição. Campinas. P. 146 a 158

MIRANDA, Regina da Silva. Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea RS. 2010

MURA Joana D’Arc Pereira. *Possibilidades e desafios da Alimentação Escolar na Área Pública*. Revista Nutrição Profissional 12. Março/abril 2007. P. 1 e 2.

PINHEIRINHO DO VALE (RS). *Alimentação Escolar: fazendo a diferença*. 2010.

REBRAE – Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição Escolar. *A lei 11.947/2009 e as novas diretrizes do programa nacional de alimentação escolar*. 2009.

TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. *Reconstruindo o “Elo Perdido”: a reconexão da produção do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS)*.

WEDIG, Josiane Carine. *Diversidade cultural, gênero, juventude rural e direitos humanos: reflexões sócias- culturais acerca do mundo rural*. Plageder/Derad 008/UFRGS. 2008.

8 APÊNDICES

8.1 Apêndice A

Dados gerais para caracterização do PNAE no município de Balneário Pinhal

- População absoluta (IBGE);
- População residente em zona urbana e rural (IBGE);
- Principais atividades produtivas (vegetais, animais e de extrativismo) e fontes de renda das famílias da localidade;
- Número de alunos atendidos com alimentação escolar gerenciada pelo município do ano anterior, nº de escolas (rurais e urbanas), condições de acesso, níveis de atendimento, nível dos professores, presença de projetos de educação para jovens e adultos, presença de algum programa ou projeto de saúde relacionado ao programa (Prefeitura);
- Per capita em R\$ por aluno dia em alimentação escolar do ano anterior; tempo/período desde que começaram a comprar alimentos de agricultores familiares; número de agricultores envolvidos até o momento; gêneros adquiridos de agricultores familiares; valores gastos na compra de alimentos para a Alimentação Escolar de agricultores familiares locais do ano anterior (Prefeitura).

8.2 Apêndice B

Roteiro de entrevista para gestores: Prefeito, Secretário de Educação, Secretário da Agricultura, EMATER.

Data:

Início:

Término:

Local:

Identificação:

Função:

Cargo que executa:

Instituição/organização a que pertence:

Tempo de atuação:

- 1) Qual a importância da alimentação escolar para você?
- 2) Como iniciou o processo para a compra de alimentos para a alimentação escolar de agricultores locais? Como surgiu e quem foram os atores responsáveis pelo movimento?
- 3) Quais as preocupações ou motivações para deflagrarem este processo? (preocupações econômicas, preocupações com a qualidade dos alimentos, com a saúde dos escolares, com o preço dos produtos, com os agricultores, com o ambiente)?
- 4) Quais foram (se existiram) as dificuldades, ou barreiras em viabilizar a compra de gêneros alimentícios para a alimentação escolar de agricultores locais?

9.ANEXOS



EMEI Peixinho Dourado - Turma de Maternal I



EMEI Peixinho Dourado – Turma de Berçário



EMEI Peixinho Dourado – Turma de MII



EMEI Peixinho Dourado – Turma de MII



Agricultor Familiar Horta Doméstica



Agricultor Familiar - Horta Doméstica



Agricultor Familiar - Horta Doméstica Urbana



Entrevista com a funcionária da EMEF Luiz de Oliveira –